



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)

Secretaria Executiva

## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 117<sup>a</sup> reunião, realizada em 13 de dezembro de 2018

1 Em 13 de dezembro de 2018, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do  
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e  
5 suplentes: o presidente Germano Luiz Gomes Vieira e a presidente suplente  
6 Marília Carvalho de Melo, representantes da SEMAD. Representantes do poder  
7 público estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da Secretaria de Estado de  
8 Planejamento e Gestão (Seplag); Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de  
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Elbert Figueira Araújo  
10 Santos, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e  
11 Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marina Imaculada  
12 Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Juliana Oliveira  
13 Zenateli, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Valéria Regina Neves  
14 Coelho, da Secretaria de Estado de Educação (SEE). Representantes do poder  
15 público municipal: Antônio Marcos Generoso Cotta, da Prefeitura Municipal de  
16 Itabirito; Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo  
17 Horizonte; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Betim; Nedir  
18 Aparecido Sales, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Antônio Carlos Vidal  
19 Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Gabriel Augusto Campos, da  
20 Prefeitura Municipal de Itapeva. Representantes dos usuários de recursos  
21 hídricos: Luiz Humberto de Freitas Souza, do Departamento Municipal de Água e  
22 Esgoto de Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constâncio, da Companhia  
23 Energética de Minas Gerais (Cemig); Silvana Mônica Vaz, da Companhia de  
24 Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da  
25 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);  
26 Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
27 Gerais (Fiemg); Denes Martins da Costa Lott, do Instituto Brasileiro de Mineração  
28 (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de  
29 Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, da Associação das  
30 Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da  
31 Associação de Pescadores e Aquicultores do Sapucaí (Apas); Leonardo  
32 Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes da sociedade  
33 civil ligada aos recursos hídricos: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para  
34 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); José de Castro Procópio, do  
35 Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento  
36 Verde de Paracatu (Mover); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de  
37 Biologia (CRBio); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de

38 Engenharia e Agronomia (Crea); Décio Antônio Chaves Beato, da Associação  
39 Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas); José Nelson de Almeida Machado, da  
40 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz  
41 Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Assuntos em pauta.**  
42 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
43 **ABERTURA.** O presidente Germano Luiz Gomes Vieira declarou aberta a 117ª  
44 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e fez a seguinte  
45 manifestação. “Nós vamos dar início à nossa reunião, a última do Conselho de  
46 Recursos Hídricos do ano de 2018 e uma reunião nada menos que muito  
47 especial, que conta hoje com a presença da Dra. Christianne Dias, que é a  
48 diretora presidente da Agência Nacional de Águas, que veio prestigiar não só o  
49 público presente como Minas Gerais, em especial o Conselho Estadual de  
50 Recursos Hídricos. Então fica o nosso agradecimento à Dra. Christianne pela  
51 presença, com importantes instrumentos que nós vamos celebrar na data de hoje  
52 aqui na presença do CERH. Eu faço um registro para vocês também que foi  
53 motivo de muito orgulho para nós. Há dois dias, a Fundação Dom Cabral editou  
54 um relatório voluntário para o governo de transição, em que fez uma avaliação  
55 geral de todas as políticas públicas em execução hoje no Estado de Minas  
56 Gerais, em especial ao desempenho de cada secretaria de Estado. A nossa  
57 Secretaria foi a mais elogiada no relatório da Fundação Dom Cabral. Fazendo  
58 registro, especialmente, à questão do gasto público com recursos humanos, com  
59 cargos de comissão, nós não somamos nem 20% do uso de cargos. De fato, para  
60 complementar formações técnicas e não para substituir servidores, mas, sim,  
61 para complementar análises, complementar formações. Isso foi muito elogiado  
62 pelo governo de transição e foi elogiado também o forte compromisso que a  
63 nossa gestão em 2018 teve com os serviços ambientais. E serviços de toda  
64 natureza, especialmente o licenciamento ambiental, em especial os atendimentos  
65 às requisições, às denúncias, atendimentos na própria Supram, o fim das filas, o  
66 trabalho para evitar as burocracias, a deliberação normativa do nosso coirmão  
67 Conselho COPAM que melhorou e modernizou a legislação do licenciamento  
68 ambiental tirando amarras desnecessárias nos processos. Nós tivemos também  
69 um trabalho de reintrodução nas entidades, tanto IEF como IGAM, dos atos  
70 autorizativos, das intervenções ambientais e das outorgas do direito de uso dos  
71 recursos hídricos. Nós estamos com um planejamento muito consistente para  
72 deixarmos para 2019, para que esses serviços também no âmbito do Sistema de  
73 Recursos Hídricos sejam cada vez mais eficientes, não só como sistema de  
74 outorgas, mas como uma modernização da legislação. Então neste ano de 2018,  
75 que a Câmara Normativa e Recursal trabalhou intensamente, a Câmara também  
76 normativa do CERH no ano 2019 enfrentará muitas discussões, mas discussões  
77 necessárias para trazermos mais eficiência ao Sistema de Recursos Hídricos.  
78 Nós também apresentamos a necessidade do Sistema de investimento em mais  
79 tecnologias de eficiência no gasto público também na área do Sistema de  
80 Recursos Hídricos, na necessidade de equacionarmos em definitivo a questão da

81 cobrança pelo uso da água, do repasse aos Comitês, do apoio gerencial, enfim,  
82 muitas das medidas que se iniciaram, se sustentaram em 2018, com a chegada  
83 novamente da Marília, a partir de janeiro, e que se refletiram necessariamente no  
84 ano de 2019. Foi o que nós fizemos no Sistema de Política Ambiental, com a  
85 estrutura em 2017, e os resultados se refletiram em 2018. É exatamente o que  
86 vai acontecer. Não é à toa que tão logo as outorgas também voltaram para o  
87 IGAM, sem nenhum esforço a mais, a não ser gerencial, as outorgas de água não  
88 formam mais passivo. Com o esforço gigante e hercúleo de todos os servidores  
89 do IGAM e das unidades regionais de gestão de água, a partir do momento em  
90 que as outorgas retornaram para o IGAM, não se forma mais passivo, ou seja,  
91 eles estão conseguindo decidir, em número, em quantitativo, mais processos em  
92 relação ao número de entradas. Isso também aconteceu com o licenciamento, e o  
93 desafio foram, a partir daí, essas outras medidas estruturantes que levaram, de  
94 fato, à eliminação do passivo de processos. Eu também faço registro a todos  
95 vocês que, no plano de eficiência ambiental dos servidores para os próximos  
96 anos, entraram também metas relativas ao Sistema de Recursos Hídricos e não  
97 apenas ao Sistema de Licenciamento Ambiental. Dessa sorte todos os servidores  
98 também estarão imbuídos de metas relacionadas a maior eficiência nos serviços  
99 de recursos hídricos. É um tempo de bastante reflexão. Nós nunca tivemos uma  
100 discussão ambiental permeando tanto as campanhas eleitorais como nós tivemos  
101 este ano, seja em nível federal, mas também em nível de Estado, mas  
102 acreditamos que nós temos que ser – como eu disse ontem no COPAM, e eu sou  
103 assim – sonhador da realidade. Nós não precisamos achar que vamos resolver  
104 problemas levando rejeito de mineração para a lua, para dar um exemplo. Nós  
105 temos que levar rejeito de mineração para a construção civil, para se aproveitar e  
106 dar mais eficiência ao uso do rejeito da mineração. Eu digo isso porque existem  
107 vários gargalos que são enfrentados pontualmente, você não precisa de uma bala  
108 de canhão para matar uma formiguinha, você precisa de ferramentas cirúrgicas e  
109 remédios cirúrgicos para enfrentar determinados problemas. É a bala de prata  
110 que mata o lobisomem. Então, com esse diagnóstico todo que o IGAM nos  
111 apresentou, com a equipe técnica que ele conseguiu formar neste segundo  
112 semestre, é que nós os diagnosticamos e elaboramos as principais ferramentas,  
113 as principais ações e os principais remédios, que alguns já tiveram início, alguns  
114 deles já estão aqui, que serão as nossas bases das nossas atuações dessa  
115 autarquia para o ano de 2019. Nós tínhamos muitos desafios a cumprir, vocês  
116 sabem que eu peguei uma secretaria em um cenário de greve, e estou  
117 entregando no cenário em que o servidor público pede para trabalhar em ponto  
118 facultativo, porque tem meta a cumprir. Isso é uma coisa inacreditável, porque ele  
119 sabe da responsabilidade que tem, sabe da meta a cumprir e sabe também da  
120 contrapartida que faz jus ao resultado, ao seu esforço. Também era um sistema  
121 com uma locomotiva desordenada e que não era possível colocar as entidades  
122 no caminho se a própria locomotiva que puxa estava desordenada. Então  
123 trabalhamos muito para colocar a locomotiva nos trilhos, e agora os seus vagões

124 terão a nossa atenção especial, como já começou a ter no segundo semestre de  
125 2018. O rendimento e a eficiência do sistema do ponto de desses atos  
126 autorizativos de licenciamento chegou a 300% em relação a 2014. São números  
127 impressionantes, e todas as vezes em que fazemos a medição dessa eficiência  
128 todo prognóstico de eliminação do passivo se antecipa fazendo com que Minas  
129 seja o único Estado da Federação, até março de 2020, que não tenha nenhum  
130 processo de licenciamento ambiental fora do prazo. É bom registrar para todo  
131 mundo, sobretudo aos representantes da sociedade civil que estão aqui  
132 presentes, que licenciar, de fato, como vocês todos compreendem muito bem,  
133 não é uma autorização para poluir. Mas, da forma que estava feito o sistema de  
134 licenciamento na Secretaria, a Secretaria própria é um grande incentivo à  
135 clandestinidade, porque as pessoas não conseguiam as suas regularizações, não  
136 tinham eficiência, não tinham previsibilidade, não tinham tempo nem prazo, e isso  
137 levava todo mundo a fazer atividades e empreendimentos sem controle, sem  
138 monitoramento, sem mitigação e sem compensação. Então um sistema previsível  
139 é o que também a sociedade precisa e deseja porque a mão do Estado tem que  
140 ser firme naquele que não quer seguir as regras, mas as regras têm que ser  
141 claras para que sejam possíveis de serem cumpridas. Fica aqui o meu  
142 agradecimento a todos vocês.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**

143 Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Antes de fazer o comunicado,  
144 aproveitando a presença e deixando de lado tanto a utopia quanto a distopia, mas  
145 me firmando na antropia que nós somos, só te agradecer, Germano, e a toda a  
146 equipe que consigo trabalhou nesse tempo em que vocês estão juntos – um ano  
147 e pouco; concretamente, um pouco mais, no sentido de que exerciam as suas  
148 funções de responsabilidade também. Eu acho que não só a mim, mas acredito  
149 que para muitos outros com quem eu conversei isso foi uma surpresa muito  
150 grande, muito grata. Então eu te parabenizo e desejo a você a maior sorte e mais  
151 sucesso. E trazer ao conhecimento de todos que a CDR, que é a Comissão de  
152 Desenvolvimento Regional do Senado, aprovou um relatório ontem com algumas  
153 recomendações em relação à Lei de Barragens. Eu deixo na mesa o texto, eu  
154 acho muito interessante. Eu não vou entrar nem no juízo da coisa, mas o fato de  
155 trazer essa discussão no Senado e da forma como foi feita, eu acho que é  
156 sempre um puxão de orelha que a gente leva.” Conselheiro Odorico Pereira de  
157 Araújo: “Para nós do Sistema Fiemp, nós vemos que foram um avanço muito  
158 grande as mudanças que ocorreram no Estado neste ano. Isso nos proporcionou  
159 muita segurança e trouxe muito investimento para Minas. Eu acho que é isso que  
160 é importante e que nós precisamos, de trabalho. E eu acho que trabalho vocês  
161 trouxeram. Vocês estão de parabéns. Outro ponto que eu queria destacar é  
162 aproveitar a presença da Dra. Christianne, presidente da ANA. Nós, quando  
163 assumimos o conselho de administração da Agência Peixe Vivo, assumimos com  
164 o intuito de fazer mudanças, e mudanças estão sendo feitas na Agência Peixe  
165 Vivo. Trazer a agência mais enxuta, trazer mais célere e trazer resultados, que é  
166 o que nos interessa. Porque a indústria sem água, não existe indústria. E nós

167 precisamos de água. Então o nosso propósito é trazer água para a indústria, e  
168 para isso precisamos ter mais governança e um acompanhamento mais de perto  
169 das atividades, não só dos Comitês como também da Agência de Bacia. Então  
170 nós pedimos o apoio. Estamos apanhando muito, Marília, apanhamos bastante e  
171 pedimos o apoio da ANA. Sempre temos lá o apoio do Volnei, do Humberto, mas  
172 precisamos desse apoio para que consigamos implantar essas mudanças que  
173 estamos realizando, que vão trazer reflexos positivos às Bacias aonde estamos  
174 como entidade delegatária.” Conselheiro Leonardo Romano: “Eu sou Leonardo  
175 Romano, representante do segmento de aquicultura e, inicialmente, Germano, eu  
176 gostaria de dizer que essa menção que você fez a esse documento da Fundação  
177 Dom Cabral só ratifica informações públicas que circularam aí sobre a boa gestão  
178 que você empreendeu nesse período. E nós vimos notícias de que o novo  
179 governo já reconheceu isso. Então eu acho que isso é motivo de muita satisfação  
180 e muito orgulho e renova as nossas esperanças. E eu quero aproveitar a  
181 oportunidade da presença da Christianne para ratificar um pleito que nós temos  
182 feito do setor de aquicultura. Eu vou ser muito rápido, mas só para contextualizar.  
183 Porque nós temos alguns reservatórios em Minas, especialmente Três Marias e  
184 Furnas, e lutamos com um problema a longo tempo que é a falta de capacidade  
185 de suporte. Tem uma longa história, desde o tempo do Ministério da Pesca. Eu  
186 tenho feito interações lá, tenho até tido um ótimo diálogo na ANA com o Rodrigo  
187 Flecha e o Luciano Meneses, com todo mundo, mas nós percebemos uma  
188 dificuldade para concretizar as coisas. E sabemos o seguinte. Pela falta de  
189 monitoramento, que era assumido pelo antigo Ministério da Pesca, a ANA,  
190 legitimamente, diminuiu a capacidade de suporte por uma questão de segurança.  
191 Então nós temos lutado para tentar voltar porque hoje nós temos inúmeros  
192 empreendimentos em situação irregular pela falta da outorga. E nós sabemos que  
193 tem uma resolução da ANA e da Aneel que determina que as operadoras  
194 forneçam periodicamente informações do monitoramento. Nós já conversamos  
195 isso aqui no nível estadual também, então quando eu vejo na pauta esse  
196 convênio, eu queria registrar a nossa expectativa, que essas medições sirvam  
197 para que a ANA tenha essa informação. E outra fonte são justamente as  
198 informações prestadas pelas operadoras. Eu já fiz contato tanto com Furnas  
199 quanto com a Cemig, eles mandam periodicamente, e eu não sei como que  
200 dentro da ANA isso é usado. Mas então o que eu diria? Informações existem, e  
201 nós temos segurança pela pequena quantidade de empreendimentos aquícolas  
202 que tem em Minas que eles não causam nenhum problema, é questão de vocês  
203 certificarem isso. Então eu queria aproveitar para registrar esse pleito, que isso é  
204 de uma importância enorme para a atividade econômica do Estado, para fixação  
205 do pessoal nesses locais, para geração de emprego e de renda. Então esse  
206 convênio renova nossa expectativa e nossa esperança, e contamos com o seu  
207 apoio.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Obrigado, conselheiro  
208 Leonardo, pelo reconhecimento. Eu não podia deixar de registrar também o  
209 agradecimento ao Fórum Mineiro de Comitês, que recentemente fez uma carta

210 muito elogiosa ao meu nome, ao nome da Marília também e ao governo. Então  
211 eu fico muito agradecido a todos os presidentes dos Comitês que tiveram  
212 oportunidade de manifestar no âmbito do Fórum, ao presidente do Fórum Mineiro,  
213 e realmente nós temos vocês em muito alta conta. E não foi à toa que a primeira  
214 ação que eu fiz quando cheguei à Secretaria foi recebê-los todos sempre  
215 agrupados com base nas bacias federais, para que nós pudéssemos juntos  
216 estabelecer um ritmo da gestão buscando soluções aos problemas que vocês  
217 próprios nos traziam e identificavam, e tentamos potencializar o máximo nossas  
218 ações no momento de tamanha dificuldade financeira. Então fica aí o  
219 agradecimento ao Fórum Mineiro.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “No  
220 início do ano, no Fórum Mundial da Água, as empresas assinaram um  
221 compromisso, o Compromisso Brasileiro Empresarial pela Segurança Hídrica,  
222 pelo CEBDES, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento  
223 Sustentável. São seis itens, dentre os quais três são olhar para dentro em  
224 questão de eficiência, três para fora, estimulando, engajando a cadeia, a  
225 sociedade, para garantir a segurança hídrica e os usos múltiplos. Eu gostaria de  
226 convidar a todos a entrarem no site que foi lançado há cerca de um mês,  
227 ‘aquasfera.com.br’, que mostra como cada empresa tem cumprido o item do  
228 compromisso, e também para que todos que não tem a água como valor vejam  
229 oportunidades de sinergia e que busquem entrar em contato com essas  
230 empresas buscando, obviamente, a segurança hídrica. O segundo informe é que  
231 a ArcelorMittal, empresa da qual eu faço parte, ganhou este ano, há cerca de dois  
232 meses, o ‘Oscar de Sustentabilidade da Siderurgia Mundial’ com o Plano Diretor  
233 de Águas no Brasil, estabelecido aqui por nós como o melhor case de  
234 sustentabilidade, no mundo, de siderurgia. Eu também convido a todos a  
235 entrarem no site da ArcelorMittal e no Aquasfera também, onde tem em que ele  
236 se constitui. E eu me coloco à disposição, porque nada mais é do que um  
237 planejamento estratégico que busca colocar a água no centro da estratégia da  
238 empresa. Sem água ninguém faz aço. E que entendamos a diferença entre preço,  
239 custo e o valor da água e como pessoas que trabalham com água, independente  
240 da técnica, que acreditamos que é para garantir os usos múltiplos, mas com o  
241 mesmo valor, como nós conseguimos levar isso para a alta administração, como  
242 conversamos em questões de disputar vários projetos que aumentam produção  
243 com projetos que estimulam a segurança hídrica na região.” Presidente Germano  
244 Luiz Gomes Vieira: “Ontem também na reunião do COPAM nós tivemos a  
245 primeira vez a entrega do Prêmio Natureza Gerais, de indicação dos próprios  
246 conselheiros. Dentre os três melhores, dois projetos da Arcelor, que foi a  
247 vencedora, com aquele prêmio de Juiz de Fora, o prêmio ambiental. Então ficam  
248 também os nossos parabéns a vocês, realmente um exemplo para outras  
249 empresas do setor.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “No término do  
250 mandato desta administração, nós ratificamos o texto no Fórum Mineiro, e  
251 realmente houve avanço. Quem está lá na ponta, no interior, sentiu esse avanço,  
252 principalmente na área dos usuários do setor agropecuário. Mas alguns

253 probleminhas ainda persistem. Na retomada das metas, inclusive, se for manter a  
254 equipe, já pode colocar na agenda, e eu espero até que seja. A questão da água  
255 mineral, que é uma questão que nós temos que destrinchar a competência entre  
256 o DNPM, ou é minério ou água mesmo. Isso está causando muitos problemas,  
257 principalmente na região das águas minerais aqui de Minas, que são importante  
258 fonte econômica. Do ponto de vista burocrático, está resolvendo, como você  
259 mesmo disse, a questão da outorga do IGAM, do licenciamento da Supram.  
260 Acontece que do ponto de vista burocrático a coisa está andando, mas continuam  
261 entraves conceituais que precisamos trabalhar em cima com projetos mais  
262 específicos. Porque cria-se uma zona de sombra entre o licenciamento e a  
263 outorga e praticamente um jogo de empurra. Quando você vai debater  
264 determinados assuntos que são pertinentes a outorga, que diz respeito a  
265 quantidade e qualidade de água, então está na outorga, ‘ah não, isso está no  
266 licenciamento. Quando você vai ao licenciamento, no fórum adequado, ‘mas isso  
267 está lá na outorga’. Então fica o jogo de empurra, e nós não temos uma base  
268 conceitual ainda para resolver essa questão. Embora do ponto de vista  
269 administrativo é mais fácil você resolver, fazer um corte pela lei, mas não pela  
270 natureza das coisas. Então são esses dois pontos de pauta que eu acho  
271 interessante que se acrescentem para a próxima gestão, que, como eu disse,  
272 espero que seja continuada com vocês.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:  
273 “Obrigado, conselheiro, pelas sugestões. Inclusive, você tem razão, sim, nós  
274 precisamos avançar muito em aspectos conceituais. E para isso o CERH vai ser  
275 fundamental, para conseguirmos modernizar algumas das legislações para  
276 deixarmos muito mais claras algumas regras que hoje já não têm tanta eficiência  
277 ou que se achava terem eficiência ou importância na época e, de fato, não  
278 cumprem o seu papel. Outras regras precisam ser estabelecidas, e tantas outras  
279 regras que estão aí precisam ser revistas. Mas isso depende muito do CERH e  
280 da iniciativa da Secretaria Executiva aqui, no caso, do IGAM, para ir propondo  
281 essas matérias para vocês tão logo 2019 inicie, para que tenhamos a eficiência  
282 administrativa, que os nossos sistemas burocráticos estejam no século XXI, mas  
283 a nossa mentalidade também.” Conselheira Juliana Pereira da Cunha: “Eu  
284 aproveito para ratificar, porque é muito importante mesmo, o pleito do Sr.  
285 Leonardo em relação à questão da capacidade de suporte. O setor da aquicultura  
286 é muito importante na questão da pecuária, é um setor que cresce muito no  
287 Estado, e é longa mesmo essa conversa nos bastidores. Então é um pleito muito  
288 importante. Fica aqui mesmo a ratificação dessa questão, e se possível  
289 conversarmos isso nos bastidores para tentarmos aos pouquinhos solucionar  
290 essa questão. Aproveito agora pessoalmente, já que eu pedi a palavra, para falar  
291 pessoalmente e parabenizar muito a gestão do Sisema, parabenizar o Germano,  
292 a Marília e todos os outros porque me sinto muito honrada nesse tempo de ter  
293 participado e ter convivido com vocês. Eu aprendi muito, espero aprender muito  
294 mais. Eu acho que me apaixonei pela área ambiental por conta de conviver com  
295 vocês, eu achei a minha profissão por conta de conviver com vocês. Então eu me

296 sinto muito feliz de ter descoberto essa paixão do meio ambiente, de poder me  
297 sentir esperançosa, de acreditar que nós podemos contribuir e realmente  
298 conviver com o setor produtivo e o setor meio ambiente em conjunto,  
299 conversando, dialogando, criando o desenvolvimento sustentável nesse caminho  
300 do bem comum, de criar políticas públicas efetivas e reais. Como o Germano  
301 disse, do sonho impossível. Então eu agradeço muito, estou realmente  
302 emocionada porque eu acho que vocês fizeram uma gestão que ficamos  
303 acreditando no Brasil. De tanto desencanto que vemos por aí, com vocês nós  
304 vemos um pedacinho de esperança. Muito obrigada.” Presidente Germano Luiz  
305 Gomes Vieira: “Juliana, é você que nos deixa emocionados, porque aí nós vemos  
306 também como é possível essa conversa tão harmônica, que Minas Gerais é um  
307 exemplo disso, desse diálogo sempre harmônico e transparente com o setor da  
308 agricultura. E nós reconhecemos a importância que esse setor tem, inclusive para  
309 conservação e preservação do meio ambiente. Se assim não fosse, nós não  
310 estaríamos tão bem de relação, você não teria feito esse elogio, e nós não  
311 estaríamos retribuindo os elogios a você, que acaba por personalizar toda a  
312 relação que a SEMAD teve com a Seapa durante todo esse tempo. Então, muito  
313 obrigado.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu gostaria de registrar, até pela  
314 fala que o secretário colocou, que por iniciativa do Comitê da Bacia Hidrográfica,  
315 quando ainda o professor Giacomini era o presidente, em um acordo feito entre o  
316 Ministério Público, a SEMAD, o Comitê e a Universidade Federal de Uberlândia,  
317 nós conseguimos alocar um grupo de 20 estudantes da Universidade Federal de  
318 Uberlândia atuando no processamento das solicitações de outorga. Isso tem  
319 acelerado bastante o processo, e salvo engano era a Regional onde tinha o maior  
320 passivo acumulado, até porque é a Regional que mais recebe solicitações. E no  
321 prazo de um ano, mais ou menos, esse passivo deve estar zerado. E o sistema  
322 que foi adotado é de nosso desejo que se torne um exemplo para ser adotado no  
323 restante do Estado para ajudar, uma forma que é uma retribuição de um Comitê  
324 que atua, que recolhe, junto com a universidade e o Ministério Público, de uma  
325 forma de apresentar as soluções e não simplesmente bater na porta do IGAM  
326 para reclamar das coisas. Junto a isso, eu queria também apresentar uma  
327 solicitação. Não é uma reclamação, mas uma solicitação de planejamento.  
328 Porque no Comitê do Araguari nós estamos tentando inserir o nosso sistema de  
329 informação geográfica, e esse sistema de informação de recursos hídricos  
330 através de um SIG auxiliaria toda a administração, todos os fluxos, sejam eles  
331 administrativos, financeiros, de atuação, e isso criaria um modelo novo de  
332 planejamento. Nós estamos empenhando muito tempo, muita expertise, muito  
333 dinheiro, inclusive nisso. E se não tiver a colaboração da ANA, até porque nós já  
334 temos contato do setor de TI com o Sérgio, a colaboração do Estado de Minas  
335 Gerais. Nós já fizemos contato dentro do sistema de informação, que ainda está  
336 sendo montado na Secretaria. Mas há necessidade de um conjunto de atuações  
337 para que todo o sistema possa funcionar. Um dos produtos que nós estamos  
338 tentando desenvolver a partir desse sistema e graças à experiência do processo

339 de outorga é um sistema automatizado de outorga, não automático. Nós temos  
340 alguns exemplos, como o exemplo da ANA, o exemplo do Estado de São Paulo,  
341 mas queremos ir além disso, transformar isso em uma ferramenta de uma  
342 interface muito mais tranquila. E nós acreditamos sinceramente que nós temos  
343 capacidade de realizá-lo desde que os entraves burocráticos sejam solucionados.  
344 Então novamente apresentar aqui a colaboração do Comitê, da Universidade, de  
345 um processo que nós estamos há anos dentro do nosso Comitê e que vem se  
346 renovando. Temos novos membros agora. E isso tem dado uma certa  
347 continuidade. Nós temos muita esperança de que isso torne os Comitês  
348 realmente um ente efetivo na administração dos recursos hídricos na Bacia.”  
349 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Obrigado, professor. De fato, são essas  
350 pontes e a convergência de diversos órgãos que nos ajudam a ter soluções às  
351 vezes impensadas, e essa solução que o senhor citou dos estagiários para dar  
352 apoio na análise das outorgas foi muito importante e tem nos ajudado a, de fato,  
353 sermos muito mais eficientes nas análises dos processos. Já é um piloto que nós  
354 estamos levando para outros lugares, haja vista a própria Bacia do Rio Doce, que  
355 vai assinar conosco um mesmo instrumento que começou na próxima semana.  
356 Da mesma forma que nós fizemos lá no Triângulo. Então vocês foram realmente  
357 os primogênitos de uma solução inigualável, foram muito importantes.”  
358 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Se me permite, eu recomendo, portanto,  
359 procurar o professor Hudson, que é o responsável pela universidade, porque ele  
360 já está providenciando um relatório com todos os entraves e todos os problemas  
361 de análise durante o processo, que ainda estão acontecendo, talvez até para  
362 solucionar, para que isso não ocorra no acordo com o Rio Doce.” Conselheiro  
363 Elbert Figueira Araújo Santos: “Em relação à parabenização pela gestão, eu acho  
364 que vou ratificar o que foi dito até agora em virtude de ter conseguido uma proeza  
365 que é uma valorização do servidor no atendimento a uma redução do passivo e  
366 uma evolução significativa na prestação dos serviços. Isso é notório e é uma  
367 coisa complexa de se fazer neste contexto agora que temos vivido. Então  
368 parabéns para todos. Eu trabalho na agência reguladora de saneamento, de água  
369 e esgoto de Minas Gerais, e nós temos percebido uma tendência cada vez maior  
370 da aproximação da gestão de recursos hídricos com o saneamento, essa  
371 interface cada vez mais caminhando para o mesmo caminho. Então eu queria  
372 colocar à disposição a Arsae, qualquer coisa que precisarem, nós estamos às  
373 ordens para contribuir no que for necessário. E queria também fazer um pedido.  
374 Eu fui presidente da CTPLAN até hoje, que o Guilherme assumiu. É a Câmara  
375 Técnica de Planos do CERH. E lá nós montamos um grupo de trabalho a respeito  
376 de áreas de restrição de uso com vista a proteção de recursos hídricos, proteção  
377 de ambientes aquáticos etc. E é importante que esse trabalho seja perenizado.  
378 Nós ainda estamos formatando, mas é uma coisa um pouco de vanguarda  
379 porque ainda estamos tentando fazer a gestão de recursos hídricos, saindo do rio  
380 para tentar uma coisa mais relacionada à gestão do território. Então é importante  
381 o apoio da área de Meio Ambiente para que isso depois nós consigamos efetivar

382 em uma solução com vistas a essa proteção para garantir recursos hídricos com  
383 quantidade e qualidade para atender os usos múltiplos." Presidente Germano  
384 Luiz Gomes Vieira: "Obrigado, Elbert. Fica o nosso agradecimento pelas  
385 palavras. Algo em que nós sempre acreditamos foi realmente diagnosticado pela  
386 Fundação Dom Cabral e nos dará uma oportunidade, se isso se efetivar para os  
387 próximos anos, em um trabalho eu acho muito mais efetivo para as nossas  
388 Bacias Hidrográficas, que é justamente o reconhecimento de que a Política de  
389 Meio Ambiente também tem que englobar a parte da Secretaria de Cidades que  
390 tem o tratamento do saneamento e dos consórcios de resíduos sólidos e a parte  
391 também do desenvolvimento do Norte, onde nós temos a reservação de água, o  
392 combate à desertificação e às mudanças climáticas. Então possivelmente o  
393 nosso trabalho será mais integrado do que nunca nos próximos anos."

394 Conselheiro Renato Junio Constâncio: "Primeiro parabenizar a Dra. Marília e  
395 equipe de trabalho no seu mandato. Eu falo agora em nome do Comitê do Rio  
396 das Velhas – eu faço parte da diretoria –, em nome do Marcus Vinícius  
397 Polignano. O excelente trabalho, a disponibilidade, fácil acesso à equipe do IGAM  
398 para nós resolvermos um problema, comandado pelo Comitê, na questão da  
399 abastecimento público de Belo Horizonte, na captação Bela Fama, onde usuários,  
400 junto com o IGAM e o Comitê, nós fizemos um trabalho para garantir uma  
401 captação de Bela Fama, a montante de Belo Horizonte. Então foi um trabalho  
402 bastante importante, inédito, onde parceiros e usuários a montante da captação,  
403 junto com a Copasa, nós estamos fazendo uma gestão, mudamos uma outorga  
404 de uma PCH para garantir o abastecimento. Então, em nome do Comitê,  
405 enquanto membro do Comitê do Velhas e da diretoria, falar isso. E por fim a Dra.  
406 Marília estava e também tem uma intervenção da ANA no assunto que eu vou  
407 falar aqui. Soltou-se uma resolução no final do ano passado de operação do São  
408 Francisco. Semana passada, na sexta-feira, nós estivemos na plenária do Comitê  
409 do Rio São Francisco, em Montes Claros, e a Cemig assinou um acordo de  
410 cooperação técnica junto com o Comitê da Bacia do Rio São Francisco via  
411 Agência Peixe Vivo, que eu gostaria de também externar aqui. A presidente está  
412 aqui, a Dra. Célia. Nós estamos fazendo um estudo de quatro anos, hidrológico,  
413 hidrodinâmico e também de integridade ecológica de lagoas marginais, onde a  
414 Cemig Geração Três Marias está disposta a fazer um trabalho de alocação de  
415 águas em prol das lagoas marginais ao longo do rio, especificamente em Manga  
416 e Matias Cardoso. É um estudo replicável, onde estamos dispostos ao longo da  
417 operação de Três Marias até o fim da concessão, se o estudo assim o permitir,  
418 operar amigavelmente Três Marias em prol do ecossistema lagoas marginais ao  
419 longo do São Francisco. É inédito, um trabalho que vai ser árduo, mas não  
420 deveríamos deixar de divulgar aqui, já que vai ser em nível federal, mas tem tudo  
421 a ver com Minas Gerais, em território nosso." Conselheiro Antônio Eustáquio  
422 Vieira: "Boa tarde a todos, companheiros, amigos. Para quem não me conhece  
423 ainda – eu creio que quase todos conhecem –, meu nome é Antônio Eustáquio  
424 Vieira, conhecido por Tonhão, presido do Movimento Verde de Paracatu, a

425 instituição à qual estou aqui representando, e também presido o CBH Paracatu  
426 neste momento. Embora não sejamos insubstituíveis, eu quero dizer o seguinte.  
427 Eu vou dizer aqui o que muitos querem falar e que não têm coragem de falar. Eu  
428 acho que não é hora de esse pessoal que está à frente da SEMAD pular fora do  
429 barco. Espero também que os nossos governantes tenham sensibilidade para  
430 entender isso. Inclusive, eu acho que foi conseguido um avanço muito grande,  
431 que foi a união de todo o pessoal do Sisema. Eu tenho acompanhado o Sisema  
432 não aqui diretamente, mas pelo pessoal da Supram Noroeste, quando eu  
433 converso com técnicos lá, e eles falam coisas que eu nunca tinha escutado, de  
434 várias maneiras. Então eu espero que a gente consiga manter essa estrutura  
435 existente e quero aproveitar a oportunidade de dar um recado para a Sra.  
436 Christianne, presidente da ANA. Joias preciosas como nós temos aqui hoje na  
437 SEMAD – porque sempre soubemos disso ao longo dos anos – existem também  
438 na ANA, pessoas que às vezes você ainda não conheça, mas que são  
439 companheiros de muito tempo e que prestam um serviço muito relevante.  
440 Anônimos ali. Inclusive, nem sei se é do seu conhecimento, mas dia 18 mesmo  
441 nós estamos realizando um grande evento em Paracatu. Não sei se você sabe,  
442 mas rio Paracatu é o principal afluente do São Francisco. Inclusive, nós vamos  
443 procurá-la daqui uns dias para termos um bate-papo. Espero que tenha um prazo  
444 para nos atender. Estamos realizando um grande evento em Paracatu, e a ANA  
445 está nos apoiando, como também o IGAM, onde vamos tentar evitar aquilo que  
446 você viu na foto que eu te dei na folhinha quando você estava chegando. Um rio  
447 do porte do Paracatu com problema. Então nós estamos realizando o evento, e  
448 quero tecer aqui um agradecimento especial ao Devanir. Imagina no apagar das  
449 luzes de um governo conseguir viabilizar a ida de um técnico para nos ajudar.  
450 Tem também o Rodrigo Flecha, que é outro grande companheiro. Então quero  
451 deixar aqui esse recado para você e aproveitar – não sei se tem jeito – e te dar  
452 um dever de casa para ver se você pode nos ajudar. Hoje, depois que escutei  
453 uma fala que recebi no WhatsApp, do presidente eleito, eu entrei em trauma por  
454 causa da questão da conversão de multas do Ibama. Foi feita uma mobilização  
455 violenta no país, e o que nós ouvimos é que não vai acontecer nada daquilo.  
456 Então não sei se você consegue articular alguma coisa, pelo menos uma  
457 conversa nesse sentido, porque é o único recurso que sentimos que tem hoje  
458 ainda com possibilidade de se trabalhar a revitalização do São Francisco. E se  
459 perdermos esse recurso eu não sei como vamos fazer. Então precisa ter alguém  
460 lá em Brasília, no meio da elite do poder, para tentar olhar isso para nós. Você vai  
461 continuar na ANA mais um tempo, então, por favor, nos ajude. Espero que  
462 consigamos algum avanço nesse sentido. Ficam as minhas palavras, não vou  
463 falar mais porque ontem eu já falei tudo que a Marília e o Germano precisavam  
464 ouvir aqui. Abraço a todos os companheiros.” Presidente Germano Luiz Gomes  
465 Vieira: “Também de nossa parte, como isso tem repercussão direta para Minas  
466 Gerais, nos nossos projetos e na nossa qualidade ambiental, pode ter certeza  
467 que nós também vamos, através da Abema, fazer esse registro. Minas Gerais é a

468 atual vice-presidente executiva da associação, que reúne os 27 Estados. Então  
469 eu vou me somar ao pedido que você fez para a Christianne, tomar isso também  
470 como responsabilidade e também agir no viés político.” Conselheiro José de  
Castro Procópio: “Boa tarde a todos. Procópio, do Instituto Guaicuy. O Tonhão  
472 tocou realmente em algo muito preocupante que é essa questão das conversões  
473 de multas. Eu faço parte da câmara nacional, e nós não recebemos enquanto  
474 conselheiros da câmara nenhuma resposta a respeito do posicionamento real do  
475 que está acontecendo. Sendo que tivemos uma reunião agora não só por esse  
476 chamamento que aconteceu. É na verdade a primeira ação efetiva de  
477 recuperação das cabeceiras do São Francisco. É um montante razoável de  
478 recursos em termos de recuperação real e não em termos de obras, mas em  
479 termos de recuperação ambiental, recursos que viriam para o Estado. E o  
480 planejamento que foi feito para os próximos dois anos dentro do mesmo sistema.  
481 Então, se não acontecer, é um grande retrocesso. Entendo realmente, Germano,  
482 seria muito importante estarem atentos enquanto atores estratégicos do Estado  
483 na garantia de que esse recurso realmente aconteça.” Presidente Germano Luiz  
Gomes Vieira: “Eu estou vendo que nesse tema de conversão de multas há uma  
485 convergência de todos os conselheiros sobre a necessidade de se manter esse  
486 programa. Ou estou errado? Por que vocês não propõem a mim uma moção para  
487 que eu possa encaminhar então ao presidente eleito, sobretudo, a importância  
488 desse programa, o ineditismo, o fato de ter sido o primeiro. Nós só podemos falar  
489 que vai dar certo ou errado depois que tentarmos executar. Na administração  
490 pública a gente fica com muito medo de errar, então nós temos que tentar  
491 acertar.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu posso propor. Então, eu  
492 proponho, sim, uma moção para a conversão de multa. Na verdade, seria uma  
493 grande solução para os grandes débitos de multas ambientais. Com uma grande  
494 redução, o infrator é beneficiado grandemente, mas tira também desse limbo um  
495 recurso gigantesco que está paralisado, com possibilidade de efetiva atuação na  
496 recuperação ambiental. Então seria muito importante que esse recurso se  
497 consolidasse no Estado.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Então nós  
498 vamos seguir com a reunião, alguém vai fazer uma proposta, e ao final, na hora  
499 que chegarmos aos itens de deliberações, colocamos em votação o texto e  
500 aprovamos.” **4) EXAME DA ATA DA 116<sup>a</sup> REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade  
501 a ata da 116<sup>a</sup> reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
502 realizada em 28 de setembro de 2018, com a seguinte correção: linha 433, onde  
503 está escrito “em alteramos uma condicionante”, lê-se “em que alteramos uma  
504 condicionante”. **5) PROPOSTA DE AGENDA DE REUNIÕES DO PLENÁRIO DO**  
**CERH PARA O ANO DE 2019.** Aprovado por unanimidade o calendário de  
506 reuniões do Plenário do CERH para o ano de 2019 nos termos da proposta  
507 apresentada pela SEMAD, com previsão de sessões ordinárias nos dias 14/3,  
508 13/6, 19/9 e 11/12, às 14h. **APRESENTAÇÕES.** **6) ASSINATURA DA**  
**RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/IGAM/SEMAD QUE DISPÕE SOBRE**  
**COOPERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E O INSTITUTO**

511 **MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS PARA GESTÃO INTEGRADA DOS**  
512 **RECURSOS HÍDRICOS.** **Apresentação:** IGAM. Marília Carvalho de Melo,  
513 diretora-geral do IGAM, fez apresentação da Resolução Conjunta  
514 ANA/IGAM/SEMAP que dispõe sobre cooperação entre a Agência Nacional de  
515 Águas e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas para gestão integrada dos  
516 recursos hídricos. Em seguida, assinaram a Resolução Conjunta o secretário de  
517 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Luiz Gomes  
518 Vieira, a diretora-geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, e a diretora presidente  
519 da Agência Nacional de Águas (ANA), Christianne Dias Ferreira. Christianne Dias  
520 Ferreira/ANA: “Para mim é um privilégio, uma honra, agora no final poder  
521 participar desta reunião. É a primeira reunião de Conselho Estadual de que eu  
522 participo, e achei a dinâmica muito interessante, gostei bastante de ver os  
523 depoimentos de todos vocês, sentir um pouquinho de perto a realidade dos  
524 problemas que todos nós temos que enfrentar juntos. Especialmente no dia de  
525 hoje, eu gostaria de cumprimentar e parabenizar mais uma vez o secretário  
526 Germano pelo trabalho aqui desenvolvido à frente da Secretaria e fazer também  
527 um agradecimento especial para a Marília, que tem sido essa parceira, e contar  
528 um pouquinho da história dessa Resolução, como começou e quais são as  
529 nossas expectativas. Nós estávamos conversando com a Marília aqui um  
530 pouquinho antes e falando assim: ‘Quando fazemos uma coisa diferente, sempre  
531 causa um rumor, um ruído, e isso é bom porque mostra que estamos fazendo  
532 algo diferente, porque fazer mais do mesmo ninguém quer’. Então eu falei assim:  
533 ‘Marília, vamos pensar em uma coisa diferente, vamos pensar em um piloto.’  
534 Porque desde que eu cheguei à Agência Nacional de Águas a minha  
535 sensibilidade era de que situações diferentes, Estados diferentes, regiões  
536 diferentes mereciam também tratamentos diferentes. Então nós pensamos em  
537 desenvolver um projeto piloto. E para minha surpresa a Marília chegou lá com o  
538 projeto todo pronto, lindo, maravilhoso. Eu não esperava tanto e fiquei bem feliz.  
539 E nós começamos a desenvolver isso dentro da ANA. Eu pensei: ‘Como vou  
540 conseguir unir toda a Agência nesse projeto?’ Porque é um projeto que envolve  
541 todas as áreas, hidrologia, regulação... ‘Como eu vou conseguir chamar todos os  
542 superintendentes, que mal me conhecem, em prol desse projeto?’ E para minha  
543 surpresa foi mais fácil do que eu imaginei, porque todos estavam ansiosos  
544 realmente para a celebração de uma resolução como esta. Então a ideia é que  
545 possamos empregar mais tecnologia, que possamos ter uma base de dados mais  
546 real, para que possamos ter realmente um balanço hídrico e que possamos  
547 uniformizar procedimentos. Então quando falamos ‘aparentemente não tem nada  
548 de novo’, não tem nada de novo, mas juntamos tudo isso em um projeto só, tudo  
549 isso de forma encadeada, de forma procedural. Então envolve toda a Agência  
550 Nacional de Águas, e todo mundo vibrou muito e ficou muito entusiasmado. E é  
551 por isso que hoje nós estamos conseguindo celebrar aqui essa resolução. É o  
552 meu primeiro projeto desenvolvido com a parceria dos meus colegas da ANA,  
553 mas que eu tenho um carinho todo especial, e vou empenhar todos os esforços e

554 toda a minha energia para que realmente não fique só no papel, e consigamos  
555 fazer uma gestão realmente integrada, um projeto piloto que possa servir de  
556 referência para o resto do país. Nós temos um país muito grande, com muita  
557 diversidade, e cada projeto, com cada Estado, tem que ser realmente especial.  
558 Nós compartilhamos muitas Bacias, então tudo isso tem que ser avaliado,  
559 refletido e considerado no momento de fazer um projeto como esse. Então eu  
560 gostaria de registrar meus agradecimentos pelo recebimento, pelo acolhimento e  
561 dizer que a Agência está sob nova direção, mas que continuamos de portas  
562 abertas. Tonhão, eu conheço as pessoas que você mencionou, tenho procurado  
563 conhecer cada dia mais e conto mesmo com o corpo técnico da Agência, que é  
564 muito qualificado e que tem me dado bastante suporte, e temos conseguido  
565 trabalhar bastante em equipe. Então a Agência continua de braços abertos.  
566 Podemos, sim, algum de vocês mencionou que gostaria de ser recebido lá. A  
567 Agência está de portas abertas para todos vocês.” Presidente Germano Luiz  
568 Gomes Vieira: “De fato, é o que eu falei no início, nós temos que ser sonhadores  
569 da realidade, e eu tenho certeza de que algo que no início possa parecer tão  
570 simples e singelo, do ponto de vista da gestão, tem uma importância significativa  
571 para aqueles que trabalham tanto em nível federal quanto do Estado, e a quem  
572 vai repercutir essas ações são aos nossos usuários e ao meio ambiente. Então  
573 fica aqui o nosso agradecimento por Minas Gerais ter sido o primeiro, por você ter  
574 reconhecido a nossa iniciativa de querer fazer diferente. Não é fácil inovar na  
575 administração pública. Eu tenho tido essas reflexões há algum tempo e no  
576 domingo escrevi um artigo, que vai sair no ‘O Tempo’ de amanhã, que o título é:  
577 ‘A difícil tarefa de inovar no setor público’. Para vocês terem uma ideia, no setor  
578 público, quando você chega para o servidor e fala ‘você tem que pensar fora da  
579 caixa’, ele fala ‘eu não posso pensar fora da caixa porque nós somos cheios de  
580 caixinhas, e pensar fora da caixa é incompetência’. E de fato se você pensar em  
581 pensar fora da caixa em um modelo de gestão administrativa engessado você  
582 não consegue circular, ou seja, você é tolhido pela inovação, pela criatividade, na  
583 sua origem, na sua gênese. Porque nós na administração só podemos fazer  
584 aquilo que a lei estabelece que é possível fazer, ou seja, tem que ter uma diretriz  
585 legal ou normativa. Estabelecer a legislação. E para você mudar a legislação  
586 você tem que fazer um rol de tentativa e erro e inovar. Só que há um certo grau  
587 de incerteza quando você está inovando, porque você está tentando, e aí você  
588 não consegue nem estabelecer a regra porque todo mundo já quer o resultado  
589 antes de ele ser tentado. E se você tenta, e o resultado não é aquilo que você  
590 espera, é mau uso do dinheiro público, aí você é punido, auditado, controlado.  
591 Enfim, tudo é feito para você não inovar. Mas o artigo de amanhã vocês vão ver  
592 que vem com essa perspectiva de que é possível, de fato, inovar, que nós  
593 precisamos sair do lugar comum. E isso que se está fazendo aqui hoje é uma  
594 chance exitosa de que nós possamos subsidiar novas ações inovadoras para  
595 fazer aquilo que o conselheiro Giacomini falou: não só a desburocratização de  
596 processos, mas de mentalidade e de aspectos conceituais. Isso aqui é conceito e

vai nos ajudar a mudar muita regra em 2019. E o CERH vai ser importantíssimo para isso.” **7) LANÇAMENTO DOS RESULTADOS DO PROJETO ÁGUA NORTE DE MINAS (PANM).** **Apresentação:** CPRM/IGAM. Maricene Paixão, do IGAM, e Márcio Cândido, do CPRM, fizeram exposição e o lançamento dos resultados do Projeto Água Norte de Minas. Após as apresentações foram registradas as seguintes manifestações. Debates. Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Parabenizar o Márcio, a CPRM, o Marlon, que está aqui também – é o atual superintendente da CPRM em Minas Gerais – pelo trabalho. Agradecer o apoio e o empenho da equipe. Nós iniciamos esse trabalho, foi uma proposição deste Conselho em 2010, quando nós aprovamos a deliberação normativa que estabelece uso insignificante para poço tubular. Na época a Dra. Cleide era a diretora-geral do IGAM, e eu era diretora de Monitoramento e Fiscalização, responsável por esse trabalho. Parabenizar a Maricene, o Heitor e o Thiago, a equipe do IGAM que esteve envolvida. Eu fui a primeira coordenadora técnica desse projeto no convênio com a Fapemig, e depois quando eu fui para a Secretaria a Maricene assumiu a coordenação. Mas a coordenação técnica do trabalho foi sempre responsabilidade da Maricene. Agradecer o empenho, nós fizemos um esforço árduo neste final de ano para concluir esse trabalho. Eu tinha uma ansiedade muito grande para que concluíssemos esse trabalho. É um trabalho que estava previsto para três anos e se estendeu por oito, mas vocês podem ver aqui o resultado, que mostra a relevância do trabalho para a gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, nos dá uma outra perspectiva de gestão de águas subterrâneas no Norte do Estado. E vamos fazer todo o empenho junto com a CPRM. Eu já conversei com a Christianne para estendermos à região Centro-Sul do Estado no próximo ano.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Parabéns pelo trabalho. Porque se quisermos fazer uma abordagem de integração, nós temos que ter um conhecimento integrado, porque a base é o conhecimento. E dentro dessa proposta vocês estão de parabéns. Trabalho semelhante já foi desenvolvido na década de 70 no Nordeste do Brasil, pelo projeto Radam. Tem vários Estados mapeados nessa perspectiva. E é muito interessante porque eu participei daquilo em 1970 e poucos, e nós vemos que tem realmente solução. E aí, antes mais nada, nós gostaríamos de aprofundar essa discussão – porque aqui o prazo é exíguo, obviamente – lá no nosso GT de Monitoramento. Então já fica aqui um convite público. Quando tiver condições de voltar a funcionar os GTs, esperamos que possamos agendar com o pessoal, e lá nós vamos aprofundar mais uma série de questões. E do ponto de vista da gestão é justamente isso que estamos buscando, saber qual é a interferência da exploração da água subterrânea na disponibilidade da água superficial. Esse é um tema que está nos preocupando em demasia já nas Bacias de primeira e segunda ordem. E nós ainda não temos soluções técnicas para dizer em que vai agravar uma determinada outorga subterrânea naquela disponibilidade de alguém que já, inclusive, é outorgado superficialmente. Então nós temos que trabalhar em cima de uma realidade. Já estamos chegando a

640 parâmetros mais regionais, mas precisamos de parâmetros Bacia por Bacia. Essa  
641 eu acho que deve ser a meta, porque também temos que imaginar que esse  
642 estudo está funcionando melhor para aquíferos livres. Agora como é que fica a  
643 questão dos aquíferos confinados? Não tem integração, mas é passivo de  
644 exploração. Então nós deveremos ter ou não uma legislação separada para os  
645 aquíferos confinados? E a proteção dos aquíferos mais superficiais? Então existe  
646 uma série de outras abordagens, que seria muito interessante avançar. Eu queria  
647 dar oportunidade para outros falarem, mas parabéns pelo estudo, e espero que  
648 continuem." Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: "A minha pergunta é bem  
649 objetiva. Os dados brutos vão estar disponibilizados também? Porque seria  
650 interessante para compor os estudos. E o CPRM também fez um estudo que  
651 fazia a previsão, com base nas chuvas, de quando aquele ponto de  
652 monitoramento do rio poderia chegar ao Q7,10. Será ótimo para a gente que  
653 trabalha na indústria prever situação de restrição com base na DN. Isso poderia  
654 ter uma integração. E talvez também criar na página algum modelo que permita  
655 uma pessoa rapidamente, com base em todas essas informações e metodologia,  
656 fazer uma análise prévia de como é lá a questão da disponibilidade. Porque aí  
657 você populariza e disponibiliza essa informação para uso." Presidente suplente  
658 Marília Carvalho de Melo: "Em relação a esse estudo, nós terminamos agora o  
659 que vocês receberam, que é o relatório executivo, mas todos os produtos estarão  
660 em breve disponíveis no site da CPRM e do IGAM. Todos os dados são públicos,  
661 abertos e estarão disponíveis para todos vocês." Márcio Cândido, do CPRM: "O  
662 que nós temos que pensar agora é como disponibilizar, a forma de disponibilizar  
663 as informações todas. Por exemplo, as estações automáticas têm dados de 15  
664 em 15 minutos. Como nós vamos fazer isso, disponibilizar dado diário, dado  
665 mensal, em que plataforma? Por isso que ainda não está exposto para vocês."  
666 Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: "Inclusive, os mapas estarão na  
667 nossa IDE. E nós estamos agora pensando a forma de disponibilizar esses  
668 dados." Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: "Partindo para a prática,  
669 suponhamos que o empreendedor tenha outorga para trabalhar rebaixamento de  
670 lençol de 18 m/s e tiram 13 m/s. E acontece que, quando conseguiram essa  
671 outorga para esse rebaixamento, a história era uma, e hoje nós sentimos que  
672 nessa região está acontecendo um dolinamento. O pessoal fala que é por causa  
673 do rebaixamento. Só que a montante dessa área, de uns 20 anos para cá, a  
674 região foi toda degradada. Então nós sentimos que, quando eles conseguiram  
675 aquela outorga, era uma realidade, e hoje é outra, porque não tem água  
676 alimentando o lençol nas cabeceiras lá para cima. É o que acontece na região de  
677 Vazante, na Mineira. Porque eu fiz um trabalho lá e detectei que a montante, a 50  
678 km da área da mina da Votorantim, a área foi totalmente degradada. Nós  
679 sentimos que não tem água alimentando o lençol porque as nascentes secaram  
680 todas, e são mais de mil nascentes. Aí como ficam esses empreendimentos?  
681 Porque a outorga na época era uma, e a história agora é outra, porque não tem  
682 água alimentando. Por exemplo, quando eles conseguiram essa outorga, era

683 apontado que não ia ter interferência na Bacia, na questão subterrânea, e hoje,  
684 com o rebaixamento, porque não tem infiltração nas cabeceiras, não tem água.  
685 Então pode ser uma das causas desse dolinamento que está tendo na região.  
686 Como ficam esses empreendimentos em termos de licenciamento ambiental? É  
687 um caos. Tem uma região no córrego Santa Catarina. Por exemplo, eu senti que  
688 uma lagoa que existia, onde o pessoal pescava com barco há uns seis, oito anos,  
689 ela secou. Aí o pessoal fez uma cerca, porque tinha água embaixo. Botaram gado  
690 dentro da lagoa. E passou mais um ano, e eles baixaram a cerca de novo porque  
691 foi secando, porque o lençol foi rebaixando a 50 km de distância dessa  
692 mineradora. Então a minha preocupação é como que ficam esses  
693 empreendimentos. São empreendimentos gigantescos. Como é que se vai fazer  
694 com essa história?" Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: "Esse estudo  
695 dá para nós uma primeira visão da disponibilidade hídrica no Norte do Estado de  
696 Minas Gerais, de águas subterrâneas. Agora um ponto que eu acho que o  
697 Giacomini tocou muito bem, e por isso nós apostamos muito nesse GT de  
698 Monitoramento, é o monitoramento constante de água superficial e de água  
699 subterrânea neste Estado. E mais, digo, a avaliação, através desses dados, da  
700 interferência da utilização de água subterrânea na vazão de base dos rios. Eu  
701 tenho acompanhado um pouco alguns estudos que a Agência Nacional de Águas  
702 está fazendo, especialmente na Bacia do Verde Grande, mostrando que  
703 realmente existe uma superexplotação já em alguns lugares e isso está  
704 asseverando a crise hídrica que nós denominamos em função de aspectos  
705 climáticos. Mas os aspectos climáticos estão sendo asseverados por uma  
706 superexplotação de água subterrânea em grande parte do nosso Estado. Hoje  
707 nós apresentamos aqui esse trabalho, que é um avanço no conhecimento das  
708 águas subterrâneas no Estado de Minas Gerais, mas infelizmente o que está  
709 debaixo da terra nós conhecemos pouco. Alguns empreendimentos já têm o  
710 sistema de monitoramento, as grandes mineradoras, por exemplo, aqui da região  
711 metropolitana têm esse monitoramento de água subterrânea, e cada caso nós  
712 vamos ter que avaliar o que realmente está gerando essa menor disponibilidade  
713 hídrica superficial e subterrânea. Eu acho que nós sempre temos que nos pautar  
714 em dados técnicos, no monitoramento que nos dê a condição de dar a resposta  
715 de qual é o problema, de fato, para que possamos agir cirurgicamente na solução  
716 daquele problema. E aí são diversas questões: uso e ocupação do solo na Bacia,  
717 recuperação de nascentes que precisou ser feita. Nós estamos em uma ação, e  
718 alguns aqui estão participando, o professor Sylvio, discutindo critérios para  
719 revitalização de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Então, caso a  
720 caso nós temos que avaliar, mas sempre baseado em dados técnicos, em um  
721 sistema bom de monitoramento que nos possa ajudar a dar essas respostas,  
722 concretamente, de quais são as soluções possíveis." Conselheiro Antônio  
723 Eustáquio Vieira: "Quando muitas vezes foi liberada essa outorga para um  
724 empreendimento não existia exatamente a questão de uso só lá para cima. Eu  
725 acho que não vi o estudo todo, mas acho que nós temos que tentar mostrar o que

726 era com relação ao solo na época e agora." Presidente suplente Marília Carvalho  
727 de Melo: "O estudo discute um pouco essa questão do uso e ocupação do solo,  
728 mas esse é um ponto. Eu acho que este Conselho tem uma pauta grande para  
729 evoluir. Nós temos também que entender qual é a limitação do Sistema de  
730 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Uso e ocupação do solo é uma  
731 competência constitucional do município. E como que nós vamos ajudar a  
732 influenciar nesse processo. Mas não é nossa competência, de fato. Então temos  
733 que nos concentrar no que é nossa competência e ter dados precisos. Porque se  
734 temos dados precisos, com sistema de monitoramento adequado, podemos  
735 mostrar para o município, 'essa sua opção de uso e ocupação do solo está  
736 gerando essa resposta do ponto de vista de disponibilidade hídrica nessa região.'"  
737 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Nós estamos chegando àquele ponto em  
738 que gestão de água e gestão territorial não dá mais para dissociar, nós temos  
739 que rever a coisa. É um baita de um conceito que temos que trabalhar senão  
740 desanda mesmo. Os rios estão secando, morrendo." Conselheiro José Nelson de  
741 Almeida Machado: "Em primeiro lugar eu quero parabenizar. É um trabalho de  
742 excelente qualidade, longa duração e grande profundidade. Aliás eu estou  
743 sugerindo ao pessoal que o apresente no congresso da Abes que vai ter no ano  
744 que vem. Neste ano foi procuradíssimo. Agora eu tenho uma pergunta a fazer.  
745 Existe um estudo feito há uns vinte e poucos anos pelo Sérgio Menin, contratado  
746 pela Copasa, sobre deflúvios superficiais no Estado de Minas Gerais. Chegou a  
747 ser feita alguma análise desses dois documentos? Se tiver algum comentário eu  
748 gostaria de saber se está valendo, se não está mais." Presidente suplente Marília  
749 Carvalho de Melo: "Sobre estar valendo, o estudo de deflúvios superficiais do  
750 Estado de Minas Gerais, elaborado pelo Sérgio Menin, é a base para concessão  
751 de outorga no Estado de Minas Gerais até hoje. Nós fizemos uma parceria com  
752 Viçosa em 2009. Nós publicamos em 2011. Nós fizemos parceria com Viçosa, e o  
753 Sérgio Menin esteve conosco nesse projeto para atualizar o trabalho da Copasa,  
754 e agora, como eu mencionei, nós vamos trazer um novo estudo de regionalização  
755 de vazão que vai ser a base para o Estado de Minas Gerais, que é isso que vai  
756 ser desenvolvido pela UFMG. Mas hoje o que utilizamos ainda é o Hidrosistemas,  
757 da Copasa." Márcio Cândido, do CPRM: "Naquele slide em que eu mostro todos  
758 os estudos que nós consultamos, o estudo do Sérgio Menin foi, sim, levado em  
759 consideração. Primeiro porque ele hoje é oficial. Segundo pela praticidade que  
760 existe na sua aplicação, porque eu acho que é uma das formas melhores de se  
761 conseguir estimar os dados ali. Porque você tem vários estudos de  
762 regionalização feitos para Bacias separadas, e ele é o que emplaca. Na época  
763 ele tinha uma limitação com relação aos dados propriamente ditos, então existiam  
764 ali algumas séries que foram preenchidas, e teve muito preenchimento. Mas era  
765 uma questão de época. O que tem que ser pensado e que não pode ser deixado  
766 de lado é a importância do monitoramento para a gestão. A gestão de recursos  
767 hídricos começa com monitoramento, com conhecimento contínuo. E é  
768 interessante porque é aonde se gasta muito dinheiro. Então nós buscamos olhar

769 todos os estudos possíveis que deram para ser consultados, e o do Sérgio Menin  
770 foi um deles." Conselheiro José Nelson de Almeida Machado: "Existe um fato  
771 relevante hoje que essa crise hídrica que está atualmente derrubou todas as  
772 séries históricas vigentes, hoje o Jerson Kelman já falou em período de tempo de  
773 recorrência de 260 anos. Quem imagina uma situação dessas na história? Não  
774 existia gestão de recurso hídrico. Então está uma confusão nesse meio que torna  
775 as coisas um pouco inseguras." Presidente suplente Marília Carvalho de Melo:  
776 "Essas são as incertezas com que o Sistema de Gerenciamento vai ter que lidar  
777 daqui para frente." Conselheiro Décio Antônio Chaves Beato: "Eu gostaria de  
778 parabenizar o Márcio, que realmente conseguiu um trabalho muito importante de  
779 consolidar muitos dados e informações desse trabalho, que eu até participei.  
780 Realmente ele conseguiu uma tarefa excepcional e meritória de créditos.  
781 Provavelmente chegou a resultados de valorar conceitos que em termos  
782 hidrogeológicos são muito pouco quantificáveis. Então realmente ele conseguiu  
783 um resultado excepcional. Uma coisa que eu gostaria de citar aqui também é que  
784 esse trabalho foi realizado com dados primários, então essa é uma coisa muito  
785 importante em termos até de Estado, em termos de estudos que são feitos aqui  
786 no Estado de Minas Gerais. Normalmente utilizamos dados secundários vindos  
787 de bibliografia, e esse tem o mérito de realmente instalar, monitorar, fazer um  
788 monitoramento sistemático. Investiu-se dinheiro, realmente foi um custo elevado,  
789 mas com resultados muito interessantes, que vão ser aproveitados em  
790 metodologias a serem empregadas futuramente. Monitoramento é fundamental  
791 para se conhecer. Para a gestão integrada é fundamental você ter resultados  
792 quantificáveis, consistidos, consolidados, senão fica um achismo que realmente  
793 não leva a resultados satisfatórios nem para usuários nem para a população.  
794 Uma coisa que eu também reparei e gostaria só de acrescentar é a questão  
795 dessa resolução conjunta, que foi citada em termos de um convênio, mas a  
796 questão de águas subterrâneas, para a gestão integrada, é fundamental ter os  
797 resultados e um destaque também em termos até de usuários, da quantificação  
798 de usuários. Outra questão é em relação ao nosso Grupo de Trabalho de  
799 Monitoramento. Nós temos vários usuários outorgados que fazem seu próprio  
800 monitoramento de recursos hídricos, têm estações climatológicas automatizadas,  
801 suas redes fluviométricas monitoradas, e esses dados não estão disponibilizados  
802 na rede do Estado. E poderiam, porque esse estudo utilizou basicamente alguns  
803 dados que foram levantados de alguns cadastramentos que nós fizemos, alguns  
804 estudos que a ANA desenvolve. Mas poderia ser muito melhor, muito mais  
805 detalhado, se esses dados estivessem disponibilizados. Então, uma vez que esse  
806 Grupo de Trabalho eu acredito que vai tratar disso, sistematizarmos essas  
807 informações que são geradas por empreendimentos de uma forma que sejam  
808 acessíveis para todos. E as conclusões certamente vão ser muito melhores,  
809 muito mais bem detalhadas. Seria o caso de esses poços outorgados terem  
810 alguma forma de fornecer esses dados. E mais uma vez parabenizar até a  
811 própria iniciativa do IGAM e da SEMAD de realizar esse trabalho, que realmente

812 é um marco que eu acredito que vai gerar outros frutos e tomara que ajude  
813 bastante a todos." Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: "Eu estava  
814 comentando agorinha há pouco como eu estou um pouco desatualizado, porque  
815 fiquei afastado muito tempo do Conselho. Mas depois que eles apresentaram eu  
816 acho que estou é no jardim de infância. Porque está se falando aqui, Giacomini,  
817 até em mudar a Constituição Federal. Eu me lembro remotamente quando nós  
818 discutíamos qual era a vazão base, Q7,10, Q90, Q95... A nossa colega lá de  
819 Divinópolis, a Regina, foi ela me parece quem fez o primeiro levantamento do  
820 cadastro de usuários lá da região, e ela queria que fosse mudada a vazão base,  
821 porque não dava, do jeito que estava lá o levantamento, não existia mais a  
822 capacidade de o rio Pará sustentar aquela região. Agora vem o Márcio aqui e fala  
823 o seguinte. Significante de 1, que para nós poderia ser uma razoabilidade, é 1 em  
824 3. Ou seja, não tem nada de insignificante em 3. Então o que mais impressiona  
825 na apresentação foi o filminho que ele passou ali e que eu acho que é que nos  
826 deve chamar muita atenção, no sentido de vermos que a variabilidade  
827 metereológica e climatológica daquela região do Norte, desde o Noroeste até o  
828 Nordeste mineiro, é impressionante. Eu acho que não é questão nem de 250,  
829 270. É impressionante aquilo mostrando a variabilidade que existe da questão da  
830 evapotranspiração, a questão da absorção do solo. Então eu acho que o melhor  
831 que nós podemos sugerir no caso é que essa apresentação, além de todo o  
832 trabalho que tem que ter de continuidade mesmo, monitoramento, enfim, tudo  
833 isso que foi dito aqui, eu acho que tem que virar política pública de recursos  
834 hídricos. E tem que ser um caderninho que seja enviado para todas as prefeituras  
835 para que eles entendam que a Lei 6.766 sozinha por si não vale nada. Então não  
836 é questão de uso do solo, não é questão de perfuração de tubo, não é questão de  
837 usuário. E questão de tudo, inclusive da mudança que está existindo, que é  
838 natural em parte, e em parte é antrópica, mas que está existindo e vai afetar.  
839 Então a questão, Marília, eu acho que é vocês juntarem um grupo maior e  
840 fazerem disso uma orientação aos prefeitos. Os vereadores de uma certa forma  
841 diziam tudo que vocês apresentaram, eles sabiam dessa variabilidade do clima,  
842 sabiam dessa questão da evapotranspiração, que alterava, inclusive, e às vezes  
843 era muito maior do que a parte pluviométrica. Ou seja, os vereadores sabiam  
844 disso, os ribeirinhos também sabiam disso, mas ninguém os escutavam. Então  
845 agora ele veio e trouxe os dados científicos, técnicos, levantamentos todos que  
846 corroboraram o popular, o que mostra o tanto que é importante valorizar essas  
847 informações, o tanto que nós temos que utilizá-las. E não é só ficar na utopia,  
848 como diria o Germano." Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: "Eu quero  
849 informar qual é o encaminhamento. Esse trabalho está sendo apresentado hoje e,  
850 como a Maricene disse, foi uma demanda deste Conselho para confirmar ou não  
851 o critério de uso insignificante que foi estabelecido aqui em 2010. Então, além da  
852 solicitação do Giacomini dessa discussão ir para o GT de Monitoramento, com  
853 uma visão de monitoramento integrado, esse estudo vai para a CTIG começar  
854 uma avaliação se mantém o critério ou se altera, com base no estudo. Então isso

855 retornará para o Conselho para discussão via GT e via CTIG.” **DELIBERAÇÕES.**  
856 **8) ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES**  
857 **GESOIS E ONG NOVA CAMBUQUIRA PARA APOIO AOS COMITÊS DE**  
858 **BACIAS HIDROGRÁFICAS NO ÂMBITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO**  
859 **PÚBLICO SEMAD 01/2018.** **Apresentação:** IGAM. Marília Carvalho de Melo,  
860 diretora-geral do IGAM, fez apresentação sobre o termo de colaboração com as  
861 instituições Gesois e ONG Nova Cambuquira para apoio aos Comitês de Bacia  
862 Hidrográfica no âmbito do Edital de chamamento público SEMAD 01/2018. Em  
863 seguida foram feitas as assinaturas do termo de colaboração, sob o nº  
864 2603777/2018, aprovado por unanimidade pelo Plenário do CERH. Antônio  
865 Giacomini Ribeiro, representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas:  
866 “Finalmente nós temos algo efetivamente concreto, esse contrato representa o  
867 anseio de muito tempo que os Comitês estão trabalhando. A própria Marília fez o  
868 histórico, e agora nós estamos aqui a concretizar esse ato no sentido de dar o  
869 mínimo para o funcionamento dos Comitês. Mas é desse mínimo, pela  
870 perseverança, pela qualidade das pessoas que compõem os Comitês estaduais  
871 em Minas Gerais, a alavanca necessária para que esse sonho, esse ideal, aqui  
872 representado pelos Comitês, comece a se tornar realmente uma realidade. Em  
873 nome dos Comitês, eu agradeço todo empenho da equipe do Germano, da  
874 Marília e os nossos companheiros também dos Comitês e principalmente também  
875 o pessoal de apoio do IGAM, que não mediu esforços para sempre buscar aquele  
876 consolo, inclusive, que nós, presidentes de Comitês, como secretários, membros  
877 de Comitês, víamos chorar nossas misérias para os funcionários que sempre nos  
878 deram alento. E está aqui hoje o resultado. Muito obrigado pelo apoio.” Thiago  
879 Isolino Sales Mato/ONG Nova Cambuquira: “Primeiramente, eu gostaria de  
880 cumprimentar a todos aqui presentes. Para nós é uma grande honra estar  
881 assinando esse termo de colaboração. Para a ONG Nova Cambuquira, que vai  
882 completar, em 2019, 18 anos de atuação, é um grande avanço. Já temos 18 anos  
883 de luta na defesa das águas, na defesa dos recursos hídricos. Então esse é mais  
884 um passo no nosso trabalho, e pretendemos aqui reafirmar o compromisso de  
885 atuar de maneira proba com todos os dez Comitês que compõem o lote 2, tanto  
886 da Bacia do Rio Grande quanto da Bacia do Rio Paranaíba. Para nós é um  
887 imenso prazer mesmo estar atuando em apoio aos Comitês, que deliberaram tantas  
888 coisas que são importantes para manutenção dos nossos recursos hídricos. Eu  
889 gostaria de agradecer a todo o pessoal do IGAM, à Clarissa, ao Rafael, à Jeane.  
890 Tem muita gente bacana que nos ajudou durante a formatação do plano de  
891 trabalho, que foi um plano bem formatado para que possamos atender da melhor  
892 maneira possível às necessidades dos Comitês. E nós esperamos durante esses  
893 próximos três anos que nós vamos trabalhar juntos nesse sistema de  
894 colaboração que o trabalho renda muitos frutos. Muito obrigado.” **9)** **DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 422, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018, QUE**  
895 **APROVA A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CONSELHO**  
896 **ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CERH/MG) PARA O MANDATO**

898 **2018/2021, PUBLICADA AD REFERENDUM. Apresentação: IGAM.** O Plenário  
899 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos deferiu por unanimidade a  
900 Deliberação CERH-MG nº 422, de 16 de outubro de 2018, que estabelece a  
901 composição da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), da Câmara Técnica  
902 de Instrumentos de Gestão (CTIG) e da Câmara Técnica de Planos (CTPLAN)  
903 para o mandato de 2018 a 2021, nos termos em que foi publicada ad referendum,  
904 com a seguinte ressalva: as entidades titulares terão prazo até 17/12/2018 para  
905 fazer a indicação de seus respectivos primeiro e segundo suplentes e encaminhar  
906 à Secretaria Executiva do CERH. **10) CONVALIDAÇÃO DA PROPOSTA DE**  
907 **ENQUADRAMENTO DOS CURSOS DE ÁGUA DA UPGRH DO ALTO RIO**  
908 **GRANDE (GD1). Apresentação: IGAM.** Aprovada por unanimidade a  
909 convalidação da proposta de enquadramento dos cursos de água da UPGRH do  
910 Alto Rio Grande (GD1) nos termos apresentados pelo IGAM, com abstenção da  
911 Fiemg. Conforme solicitado pelo conselheiro Odorico Pereira de Araújo,  
912 representante da Fiemg, segue registro de manifestação da presidente Marília  
913 Carvalho de Melo: “Enquadramento é um instrumento de planejamento, não é  
914 uma condição atual do curso d’água, e obviamente o enquadramento será  
915 efetivado com a definição das metas intermediárias e finais. Você enquadra, e  
916 depois o Comitê discute as metas intermediárias e finais. O enquadramento é  
917 instrumento de planejamento, e não significa que amanhã ele tem que estar  
918 cumprido, mas o Comitê tem que fazer o seu papel definindo essas metas  
919 intermediárias e finais em um determinado período de tempo.” Conselheiro  
920 Odorico Pereira de Araújo: “Seria interessante então que se registrassem as suas  
921 palavras na ata para que tenhamos essa segurança de que lá na frente o Comitê  
922 vai ter que discutir essas metas intermediárias para que se atinja o  
923 enquadramento proposto.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Não tem  
924 nenhum problema, isso não são só as minhas palavras, isso está na Deliberação  
925 Normativa Conjunta COPAM e Conselho Estadual de Recursos Hídricos e na  
926 Resolução Conama 357. O grande problema da efetivação do enquadramento é  
927 que nós não estamos fazendo – não o Estado de Minas Gerais, mas o Brasil, de  
928 maneira geral – um plano de metas. Até na proposta que nós colocamos da  
929 parceria com a ANA nós estamos discutindo isso, compactuações setoriais, que é  
930 claro que temos que pensar em médio e longo prazo para chegar ao tratamento  
931 terciário, sim.” Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “Quando se fala de  
932 enquadramento, eu acho que já passou da hora de as revisões dos planos de  
933 saneamento básico também tratem de enquadramento. Em Uberlândia nós  
934 estamos passando pela revisão do plano de saneamento básico, estamos na fase  
935 de diagnóstico, que já foi apresentado para consulta pública. Eu faço um papel  
936 até de advogado do diabo, que não é dito sobre enquadramento na revisão do  
937 plano. Então já é um assunto que tem que ser amadurecido na própria revisão do  
938 plano de saneamento básico. No caso da indústria, certamente fará parte das  
939 metas, das apresentações dentro das associações, mas causa temor, de fato,  
940 aos usuários pelas metas que são apresentadas, porque quando você fala de

941 enquadramento nós estamos falando de custo. Então é natural. Eu faço uma  
942 defesa ao professor Giacomini e entendo também que, de fato, não foi bem o que  
943 o Odorico falou, mas lançar sem tratamento e sem preocupação com  
944 enquadramento é mais barato mesmo, porém é muito mais oneroso pós-  
945 enquadramento. Aí você atingir as metas tem toda uma dificuldade. Então cabe  
946 aqui só um comentário a respeito da presença da discussão do enquadramento  
947 quando se tratar da revisão de plano de saneamento básico.” Conselheiro  
948 Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu queria colocar mais a nossa função enquanto  
949 conselho mesmo. Nós não estamos aqui apenas para aprovar ou não aprovar  
950 determinados projetos e normas, nós estamos antes de mais nada na base do  
951 apoio da formulação conceitual da Política de Recursos Hídricos. Esse é o papel  
952 do Conselho, porque aqui é onde toda a sociedade é representada. Nós temos os  
953 segmentos, representação espacial, pessoas de todo o Estado, de todos os  
954 segmentos. Então aqui nós temos que, obrigatoriamente, trabalhar  
955 conceitualmente antes de mais nada. E a questão de enquadramento tem um  
956 viés ético muito importante que precisa ser debatido e bem esclarecido. Porque  
957 no princípio todos os rios eram classe 1. Até que ponto nós temos condições de  
958 voltar às origens? Não temos mais. Então até onde nós podemos ir? Nós temos  
959 exemplos, em outros países, fantásticos. Algumas medidas drásticas têm que ser  
960 tomadas também, mas é uma questão ética que nós temos que voltar a ela.  
961 Porque agora volta para o Comitê: o Comitê está preparado para realmente  
962 efetivar isso? Ele tem capacidade técnica para isso, tem recursos? Intelectuais,  
963 antes de mais nada, sem falar o financeiro. Então é um instrumento bacana, mas  
964 até que ponto é exequível?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “A capacidade  
965 técnica é a função do apoio que o IGAM aos Comitês de Bacia Hidrográfica na  
966 proposição de metas intermediárias e finais. Em relação ao recurso, essa é uma  
967 discussão ampla no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.  
968 Obviamente não é o recurso do Sistema que vai resolver o problema de  
969 qualidade da água nas Bacias Hidrográficas, mas nós temos meios de buscar  
970 uma pactuação do lançamento de efluentes na região com os usuários setoriais,  
971 que eu acho que é o que tem que ser construído quando o Comitê propõe metas  
972 intermediárias e final de enquadramento. Eu acho que é nessa linha que nós  
973 precisamos realmente avançar e termos um piloto para mostrar que pode dar  
974 certo, porque essa é a grande questão hoje do Brasil.” Conselheiro José Nelson  
975 de Almeida Machado: “Não vamos ter ilusão, curso de água que drena área  
976 urbana nunca vai ser limpo na realidade brasileira. Isso é um fato. Tudo bem, tem  
977 história, eu conheço também na Alemanha, na França, tratamento até  
978 quaternário, que o rio é usado e reusado mais à frente. Agora no Brasil não tem.  
979 Quem se lembra aqui de 1990 e pouco, lançamento do Prosam, o piquenique de  
980 Felipe Augusto e Edilaine Aparecida, fazendo piquenique na beira do Arrudas? A  
981 propaganda: ‘Arrudas agora vai ser limpo’. É claro que não tem jeito de se fazer  
982 piquenique lá. Então tem problemas de emissários, de interceptores, de ligações  
983 clandestinas. Contem nos dedos cidades brasileiras que têm mais de 90% de

984 coleta. Então, nos 10%, vão direto para o curso d'água, para o sistema de  
985 drenagem. Então é uma situação de política pública mesmo. Como diz o colega  
986 aqui do DMAE, é uma questão também de recurso e educação ambiental da  
987 própria população. Mas a meta eu acho que pode ser proposta, sim, e vamos  
988 perseguí-la.” **11) CONVALIDAÇÃO DA PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO**  
989 **DOS CURSOS DE ÁGUA DA UPGRH DO RIO DAS MORTES (GD2).**  
990 **Apresentação: IGAM.** Aprovada por unanimidade a convalidação da proposta de  
991 enquadramento dos cursos de água da UPGRH do Rio das Mortes (GD2) nos  
992 termos apresentados pelo IGAM, com abstenção da Fiemg. **12) MINUTA DE**  
993 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH/MG SOBRE INDICADORES DE**  
994 **GOVERNANÇA DA GESTÃO DAS ÁGUAS.** **Apresentação: IGAM.** Aprovada  
995 por unanimidade a minuta de Deliberação Normativa CERH/MG sobre  
996 indicadores de governança da gestão das águas, nos termos apresentados nesta  
997 sessão, com as alterações registradas a seguir: – Inclusão de considerando com  
998 a seguinte redação: “Considerando que são fundamentos das Políticas Nacional  
999 e Estadual de Recursos Hídricos a gestão descentralizada e com a participação  
1000 do poder público, dos usuários, da comunidade, a adoção da Bacia Hidrográfica  
1001 como unidade territorial para implementação de Sistemas de Gerenciamento de  
1002 Recursos Hídricos.” – Nova redação para o último considerando: “Considerando  
1003 que a aferição da evolução e da qualidade da governança e da gestão só são  
1004 possíveis por meio da adoção de instrumentos de avaliação e de informação  
1005 eficientes para participação e cooperação dos diferentes segmentos públicos e  
1006 privados indissociáveis ao gerenciamento dos recursos hídricos.” – No artigo 1º,  
1007 nova redação para a definição de monitoramento: “II - Monitoramento:  
1008 acompanhamento sistematizado, contínuo e permanente de dados e  
1009 informações, que permite evidenciar os impactos (positivos e negativos) sobre o  
1010 desenvolvimento, desempenho e grau de realização (objetivos, metas,  
1011 cronogramas e recursos) de intervenções implantadas (programa, projetos ou  
1012 ações), disponibilizadas sempre que tecnicamente possível por UPGRH e regiões  
1013 hidrográficas de UPGRHs, municípios e unidades territoriais de planejamento  
1014 estadual.” – Nova redação para a definição de Governança Pública: “III -  
1015 Governança Pública: conjunto de regras políticas, institucionais e administrativas,  
1016 bem como de práticas e processos (formais e informais) através dos quais  
1017 informações são analisadas, aplicáveis a tomada de decisões e implementação  
1018 compartilhada entre o governo e a sociedade.” – Nova redação para o artigo 2º,  
1019 inciso II: “II – Capacidades Estatais – apresenta requisitos demonstrativos da  
1020 capacidade institucional do Estado”; – Nova redação para o caput do artigo 3º:  
1021 “Art. 3º Os indicadores das dimensões da governança do SEGRH serão  
1022 monitorados em caráter permanente, conforme descrição contida no Anexo Único  
1023 desta Deliberação.” – Nova redação para o parágrafo 1º do artigo 3º: “§1º – Os  
1024 resultados deverão ser apresentados anualmente, para análise, verificação de  
1025 pertinência e decisão sobre encaminhamentos diante dos resultados, na primeira  
1026 reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do ano subsequente.” –

1027 Inclusão de novo parágrafo no artigo 3º com a seguinte redação: “A apresentação  
1028 do relatório anual de monitoramento ao CERH não impede a apresentação de  
1029 informações com menor periodicidade nos canais próprios de comunicação,  
1030 informação e transparência da gestão de recursos hídricos do IGAM/Sisema e  
1031 demais organizações do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.” –  
1032 Nova redação para o parágrafo 4º (§3º renumerado): “§4º A comissão citada no  
1033 parágrafo anterior será sempre paritária e formada por no mínimo um e no  
1034 máximo dois representantes de cada um dos quatro segmentos que compõem o  
1035 Conselho Estadual de Recursos Hídricos.” – Inclusão dos parágrafos 5º e 6º nos  
1036 seguintes termos: “§5º Os dados utilizados para aplicação dos indicadores  
1037 devem, sempre que tecnicamente possível, estar disponíveis em documentos,  
1038 planilhas e arquivos de geoprocessamento, e de fácil acesso e operação pelo  
1039 público em geral.”; “§6º As análises e relatórios da comissão poderão indicar  
1040 acréscimo de indicadores, alterações dos parâmetros dos mesmos, inclusive da  
1041 metodologia de pontuação, na forma do anexo substitutivo ao Anexo Único desta  
1042 deliberação a ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
1043 ouvidas as Câmaras Técnicas permanentes.” **13) ALTERAÇÃO DA**  
**1044 DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH 07/2002, QUE TRATA DA**  
**1045 CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS QUANTO AO PORTE E**  
**1046 POTENCIAL POLUIDOR.** **Apresentação:** Abragel. Alteração da Deliberação  
1047 Normativa CERH 07/2002 aprovada por unanimidade nos termos apresentados  
1048 nesta sessão, com a seguinte inclusão: – Incluir alínea C no inciso VII do artigo  
1049 2º: “c) barramento para geração de energia com potência instalada de até 5  
1050 megawatts, com estes valores de potencial em acordo com legislação setorial  
1051 específica no que se refere à definição de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e  
1052 Usina Hidrelétrica (UHE), com os usos consuntivos outorgáveis identificados no  
1053 Trecho de Vazão Reduzida ou de empreendimento situado em área declarada  
1054 em conflito por uso de recursos hídricos pelo IGAM.” **14) MINUTA DE**  
**1055 DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG QUE ALTERA A DELIBERAÇÃO**  
**1056 NORMATIVA CERH-MG Nº 04/2002, E A DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-**  
**1057 MG Nº 52/2016, PARA FINS DE AJUSTE DO PRAZO DOS MANDATOS DOS**  
**1058 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.** **Apresentação:** IGAM. Minuta de  
1059 Deliberação Normativa aprovada por unanimidade nos termos apresentados  
1060 nesta sessão. A presidente suplente Marília Carvalho de Melo acatou sugestão  
1061 do conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro para que o IGAM elabore e apresente  
1062 aos Comitês de Bacias proposta de adequação em seus respectivos Regimentos  
1063 Internos considerando a aprovação dessa minuta de DN. **15) ASSUNTOS**  
**1064 GERAIS.** **Moção CERH.** O Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
1065 aprovou por unanimidade moção nos seguintes termos: “O Conselho Estadual de  
1066 Recursos Hídricos, reunido na sua 117ª reunião, extraordinária, realizada em 3 de  
1067 dezembro de 2018, no auditório localizado na praça Rio Branco, 100, mezanino,  
1068 Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, no centro de Belo Horizonte,  
1069 tendo em vista o pronunciamento do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro em

1070 suspender o programa nacional de conversão de multas ambientais do Ibama,  
1071 previsto na Lei de Crimes Ambientais 9.605/98, aperfeiçoada pelo Decreto  
1072 9.179/17, regularizado pela Instrução Normativa nº 06/2018 e efetivada pelo  
1073 Chamamento Público nº 1/2018, do Ibama, que prevê ações de recuperação de  
1074 áreas produtoras de água em dez Bacias Hidrográficas mineiras que compõem  
1075 as cabeceiras do rio São Francisco, vem propor a presente moção para que a  
1076 Abema - Associação Brasileira de Secretarias de Meio Ambiente e o governo de  
1077 Minas Gerais façam todas as gestões para que a DN 06/2018 e o Chamamento  
1078 Público 01/2018 em referência tenham seus efeitos mantidos em sua  
1079 integralidade." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Então eu coloco em votação  
1080 a moção. Aqueles conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão.  
1081 Aprovada com quatro abstenções." **Qualidade de água do rio Doce**. Presidente  
1082 Marília Carvalho de Melo: "Eu só gostaria de informar a todos que hoje foi  
1083 publicado no site do IGAM um encarte especial de qualidade da água do rio Doce  
1084 após três anos do rompimento da barragem de Fundão. Esse estudo já está  
1085 disponível no site do IGAM, é uma avaliação do monitoramento de qualidade da  
1086 água realizado pelo IGAM nos três anos após o acidente." **16)**  
1087 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente  
1088 suplente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou  
1089 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

## **APROVACÃO DA ATA**

**Germano Luiz Gomes Vieira  
Presidente do Plenário do CERH**